

AGORA E NA HORA DE SUA MORTE, AMÉM?: A INFLUÊNCIA DE AGÊNCIAS DE CONTROLE NA VIOLÊNCIA SOBRE O VESTUÁRIO FÚNEBRE DA TRAVESTI

Baga de Bagaceira Souza Campos¹; Orientadora: Renata Pitombo Cidreira²

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; e-mail: bagadebagaceira1992@gmail.com

Resumo: O artigo discute, agora e na hora de sua morte, a influência normalizadora da vestimenta no corpo da travesti, ao qual é readequado em acordo com o sexo e performance de gênero designado ao nascimento, configurando-se enquanto violência social ao seu corpo e ao modo como entende-se o seu gênero. Partimos da experiência do velório de uma travesti e no que diz respeito ao modo como são construídas suas sensibilidades e memórias, enquanto um corpo fúnebre que foi vestido com roupas socialmente ditas masculinas, sem maquiagem e todos os signos designados ao gênero feminino, em sua construção social, ou seja, no intuito de normalizar o corpo contra as possíveis abjeções e provocar nela as confusões de sentido de um corpo que viveu sua identidade feminina enquanto travesti em oposição ao que é ditado pelos rituais de controle. Salientamos, assim, que as agências de controle, entre elas midiáticas, religiosas, familiares e sociais, por exemplo, corroboram para a adequação da vestimenta do corpo na hora de seu sepultamento, como uma forma de salvação e reordenação de um corpo visto como não naturalizado. O trabalho pretende, também, trabalhar as formas perceptivas em que estas sensibilidades provocadas pela vestimenta nos afetam.

Palavras-chave: Família, Travesti, Velório, Vestimenta, Violência

Introdução

“A mulher não usará roupa de homem, nem o homem, veste peculiar à mulher”

(Deuteronômio 22:5)

Este artigo toma como ponto chave a discussão em torno da experiência da vestimenta a partir do velório de uma travesti chamada Gaby Diaz, na cidade de Conceição do Jacuípe, no interior baiano. Diante desta experiência, serão apontados os aspectos que tangem, sobretudo, as violências acometidas as suas memórias, sensibilidades e vivências enquanto travesti, além de influências ocorridas no âmbito midiático, social e familiar e que tornam estas sujeitas - as travestis no plural - à margem da sociedade, estabelecendo-se, aqui, enquanto objetivos a serem traçados na pesquisa.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Arte e Memória – Mídia e Formatos Narrativos – , na linha de pesquisa Mídia e Sensibilidades da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) / Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Doutora em Comunicação e Cultura contemporânea (UFBA). Atualmente Coordena o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB e é professora associada na mesma Insituição.

A discussão se volta sobre o vestuário e as sensibilidades em torno dele e é a partir deste ponto que, também, são levados em conta de que forma as estruturas hegemônicas exercem influência sobre o modo ‘correto’ da travesti vestir-se na hora de sua morte. Com base nessa influência, cujo corpo, agora sepultado, é enxergado como aquele designado ao nascimento (ou seja, um corpo que contém um pênis, e, portanto, é irrefutavelmente masculino para os parâmetros de coerência do gênero), que serão explanados os modos com que tais práticas se tornam violentas a estes corpos, pois desconsidera-se toda a vivência da travesti, ao qual traja roupas que lhes permitem divergir em uma sociedade forjada pelas condutas padronizadas.

Partindo do viés da subalternização lançada ao corpo da travesti e nos modos como as suas violências são tratadas no âmbito de toda a sociedade, pode-se destacar que “a partir dessa realidade, percebe-se que, além da estigmatização do indivíduo, muitos direitos e garantias individuais têm sido freqüentemente violados, destacando-se a violação da imagem, da honra” (ARAÚJO & ZANINI, 2017, p.1). Nessa concepção, um dos motivos que suscita o debate em torno da morte e sepultamento de travestis parte do princípio de que há, comumente, uma construção da imagem dessa sujeita, de modo a colocar suas sensibilidades, modos de vestir e produção de sentidos num âmbito marginalizado e de destruição do que ela representa nas esferas sociais, midiáticas, familiares e religiosas (id., *ibid.*) e que se justifica neste trabalho como modo de refletirmos sobre os poderes exercidos por tais agências de controle.

Contudo, podemos nos perguntar: até que ponto, de fato, é aceito o corpo abjeto? Até que ponto o seu corpo e os modos encontrados por ele, ao adornar-se, são violentados? Por que, tanto no nascimento quanto na hora da morte, as dicotomias masculinas e femininas reaparecem sempre sobre um recorte do sexo/gênero imposto aos órgãos genitais, configurada como a primeira ‘cirurgia’ imposta ao corpo? É a partir desse panorama, onde destacamos a experiência de suas memórias e sensibilidades, que propusemos refletir sobre as influências da mídia, da família, da sociedade e demais agências nos contextos de violências aos quais as travestis estão inseridas, tanto quanto corpo estigmatizado quanto no modo de vestir-se, assim contradizendo a própria ideia de “natureza”³.

³ Esta concepção de natureza é pensada a partir da ideia do natural, naturalizado, exposto por Judith Butler (2003) em seu livro *Problemas de Gênero*, como um corpo, que dentro dos padrões de gênero e sexo, é reforçado enquanto algo fixado, portanto dado pela natureza

Ritual Metodológico

Naquele dia, às 10 horas da manhã, do dia 14 de abril de 2017, a cerimônia com mais ou menos 40 pessoas, entre elas a maioria LGBT e alguns membros distantes de sua família, começa com os olhos duros e tesos sobre o seu corpo, de quem desconfia se a pessoa exposta ao caixão é homem ou mulher, por mais que os estereótipos conduzam a crer que aquela travesti é “naturalmente” um homem. Se as estigmatizações reportam-se a aquele corpo enquanto masculino, portanto, deve-se vestir ele enquanto o que é designado ao modo de vestir do homem. É desse modo que o último ritual daquela vida, a morte, se completa, no intuito de enquadrar o corpo de acordo com as diretrizes evocadas e disseminadas por diversas instituições, que vão para além da subalternização e se firmam enquanto coniventes de práticas que não devem ultrapassar as fronteiras do ideal, do correto, do normal.

Ana Rita Coutinho Xavier Naves (2013) comenta que a Religião, por exemplo, é considerada uma agência de controle e exerce e recebe forte influência sobre as demais, como família, estado, mídia, etc., assim, o ritual consagrado pelo “Pai nosso que estás no céu” forma-se enquanto operador dos discursos que violentam e que, ao mesmo tempo, querem “salvar” aquele corpo. O corpo de Gaby Diaz – objeto desta observação -, ao qual já estava submetida às diversas interferências cirúrgicas, entre elas implantação de cabelo, silicone, etc. não pode ser vestido enquanto um corpo que não se reconhecia no masculino, é preciso que, naquele momento, as configurações do gênero sejam restabelecidas.

Podemos destacar através do caso desse velório, marcado por um espaço carregado de rótulos e preconceitos quanto ao corpo abjeto no modo de adornar-se, uma visão que violentava (e ainda violenta, pois entendemos que estas ações fazem referência a outras sujeitas) o modo como Gaby Diaz compreendia o seu gênero e a linguagem de suas vestes. Nesse sentido, não deixar que ela vestisse roupas ou usasse adereços que designasse ao sujeito feminino no próprio velório, era um modo de restabelecer as estruturas de dominância que se encontram nos ideais da família, da mídia e do social e que se comportam com tais abjeções de modo a eliminá-las, mesmo que isso se dê no campo da subjetividade ou na generalização de seus discursos como ênfase sobre o que é naturalizado sobre o corpo, e nisto não se compreende apenas pelo corpo, mas sobre seus gestos, sensibilidades, performances de gênero, modos de vestir-se, etc.

A compreensão trazida por H. Parret (1997, p.192) na oposição entre o belo e o sublime pode ser destaca, aqui, na relação que estabelece os modos

de vestir do corpo coerente (conformidade sexo-gênero), e que, portanto, deve seguir as normas do belo, correto, simétrico, enquanto que o do sublime “emerge quando a imaginação é desencaminhada”. Ainda segundo o autor, podemos dizer que o corpo desencaminhado que a travesti provoca com suas vestes se torna ‘desestabilizador’, a ponto de torná-las figuras do espanto e que não as configuram como pertencentes ao juízo do gosto, pois este é demonstrado através da analítica do belo (id., ibid. p.191-192). Nesse sentido, talvez possamos inferir que Gaby Diaz não era considerada bela nas diversas esferas, pois provocava as irrupções necessárias para mexer nos rituais consagrados.

A maneira como foi vestida, ou melhor, desmontada em seu velório, destaca não somente a fragilidade que existe em torno do enraizamento dos gêneros ao nascimento, mas também do impacto que tais práticas provocam em sua identidade. Diferentemente da blusa larga e calça que lhe impuseram no velório, Gaby Diaz, habitualmente, vestia-se com blusas amarradas, shorts curtos, saltos altos, roupas com muito brilho, decotadas, etc., ou seja, tudo que para ela remetesse ao universo socialmente construído de feminilidade e que, nesse sentido, compreender a poética da travesti e os seus modos de se autoproduzir, de autoplasmar seu corpo e gênero estão, portanto, sobre o viés do inusitado e, conseqüentemente, produtor de sentidos que contrariam o entendido como natural.

Dados os modos como se vestia, podemos demonstrar a dimensão sensível existente nas expressões do seu gosto, levantados, aqui, pelos modos de adornar-se e com linguagens, gestos, performances que lhes davam o suporte para sentir-se mulher/travesti, ainda que estas instâncias também sejam herdeiras de construções sociais já estabelecidas e disseminadas. A associação estabelecida com o sublime, oposto do considerado belo, pois causa espanto, é dimensionado pelas vivências cotidianas de um corpo que agora é fúnebre e que, mesmo assim, é questionado e violentado pelos adereços que o carregaram até o fim da vida.

Discussão Teórica

I. Não vamos romantizar a mídia, nem mesmo a família

Pensarmos nesse tópico é de algum modo, desmitificar a ideia de que há imparcialidade por trás das comoções da mídia e da família, assim como de outras agências e instituições de controle. Sendo assim, Ana Rita destaca que:

A família é o primeiro contexto social da criança, no qual padrões comportamentais são transmitidos e reforçados pelos demais membros. A família brasileira tem passado por diversas mudanças ao longo do tempo, as quais envolvem transformações nos padrões comportamentais de seus membros, na sua configuração e maior influência de outros grupos sociais como Mídia, Religião, Estado e Educação (NAVES, 2013, p.1).

Desse modo, ainda que as transformações ocorram, seja nas novas estruturações familiares ou nos modos mais abertos e representativos que a mídia nos coloca sobre o espaço ocupado pela travesti, não há como não evidenciar que as margens por elas vividas as colocaram sobre um patamar que, ainda assim, as violenta. Contudo, ainda se busca sobre o corpo travesti os sinais de masculinidade, o ponto chave que discute o que ela tem por baixo do que veste, no intuito de legitimar sua abjeção.

A questão proposta não se debruça sobre uma demonização da mídia, nem mesmo sobre a família e outras agências de controle, mas “é importante ressaltar que, atualmente, é na mídia que buscamos orientação, servindo-nos assim como ponto de referência para nossa sociedade” (NASCIMENTO, 2014, p.10). E é dentro dessa perspectiva, que não conseguimos, ainda, enxergar os corpos trans e seus modos de vestir enquanto passíveis de uma inteligibilidade e acolhimento nas diversas esferas e instâncias de real representatividade.

Quais referências nós temos de travesti na mídia? E na família? O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo⁴ e apesar das estatísticas estarem explícitas e os modos como a presença desses corpos nestes ambientes estarem sendo conduzidas, é de todo modo, possível identificar que os/as sujeitos/as que não compreendem ou não seguem os padrões levantados pela Religião, Medicina, Família tradicionais, estarão sujeitos a desumanização. Neste sentido, os rituais operados por estas instituições são rigorosamente reavivados pela questão que envolve disputa sobre o que pretende romper com o padronizado, pois “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (POLLAK, 1989, p.5). E, portanto, se há disputa de memória, há também disputa por legitimidade e reivindicações por anos de exclusão.

Pierre Nora (1989) traz um parâmetro sobre a memória em contextos diversos, no que compete ao que foi destinado aos grupos subalternos nos processos de enriquecimento de suas

⁴ Dados levantados pela associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGBA), que levanta os dados não somente da população Trans, mas também de outras dissidências sexuais. Alguns órgãos fazem o levantamento destas mortes, entre eles o Grupo Gay da Bahia e a ANTRA

memórias em oposição a aquelas solidificadas por um ideal, que fosse tanto de reiterações dos ideais de classe, de raça, de gênero, etc. “ Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado ” (NORA, 1989, p.17), como também as travestis, consideradas pecadoras e deturpadoras da ordem e da performance de gênero estabelecida por Deus e vigiada pelas normas sociais, querem ter seus direitos preservados, dignos de inteligibilidade.

A mídia enquanto legitimadora da realidade social nas nossas opções, escolhas, adesões, etc., influenciam o meio que nos rodeia e torna as pessoas, perigosamente, reprodutoras do seu discurso alienante. Tal construção não se deu apenas através dela, a forma correta de vestir-se é dada desde que se entende a diferença entre homens e mulheres (“biologicamente”) e que, portanto, devem organiza-se de forma a não se confundir e nem confluir ambos os gêneros. Nesse caso, a própria família de Gaby impediu que ela fosse enterrada como “uma menina”, como resposta ao que para eles não era compreensível, afinal de contas Gaby ‘nasceu menino’ e ‘morrerá menino’.

De acordo com Gilles Lipovetsky (1989) os processos de diferenciação do que era considerado masculino e feminino foram revelando seus avanços ao longo da história e não diferentemente nos dias atuais. Desse modo, a identidade formada por Gaby Diaz e tantas outras é desqualificada sob a luz das reiterações midiáticas e também das diferenciações marcadas pela história, observando-se que “a mídia [...] molda boa parte do que fazemos enquanto humanos em busca de identidade, ou melhor, em busca de uma memória social” (NASCIMENTO, 2014, p.14) que a torne fixa, ideal e homogênea.

II. Existe ‘salvação’ para um corpo que já está morto socialmente?

Com intuito de pensarmos como as normatizações do corpo e sua vestimenta terem que se adequar, mesmo que seja no momento de morte dessas sujeitas, ao gênero imposto antes mesmo do nascimento, é possível tencionar o debate se refletirmos no modo como estes rituais já estão fincados sobre o corpo abjeto antes mesmo de sua morte. Para nos questionarmos sobre este enquadramento, é fundamental recorrer aos modos como a desumanidade do corpo *queer*⁵, e neste caso especificamente do corpo da travesti, é reiterada e usada de forma

⁵ Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Definição postulada por Louro. LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer***. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.38.

recorrente, seja pelo viés midiático, social ou da própria família.

Bebendo das indagações de Larissa Pelúcio (2004), onde ‘as travestis, de fato, ‘rebelam-se’ contra o ‘natural’, o ‘biologicamente determinado’” (p.140) e por conta disso perturbam as normatizações, é diante deste pensamento de Pelúcio que é possível trazer, na comparação, o debate familiar, enquanto testemunhas daquele corpo, que estirado no caixão, não reconhece a identidade por esta sujeita vivenciada. Um corpo que na infância não vestia saias, vestidos e calcinhas como em sua fase adulta, mas que a partir do momento que se tornou sujeita não autorizada do feminino, teve suas identidades automaticamente fadadas à morte social.

Os testemunhos de Gaby Diaz foram, também, de outras travestis, que assim como ela tiveram e tem dificuldades de avivar suas memórias e sensibilidades, uma vez que vão de encontro ao enraizamento do corpo e suas urgências vestimentadas por desmontarem as performances do sexo/gênero impostas no nascimento. As referências de Gaby se encontravam espelhadas por outras mulheres, nas cantoras de forró e nas grandes estrelas da Televisão, que se desenhavam em suas formas, cores e texturas e, conseqüentemente, nos modos aos quais se produzia.

A constituição da memória das travestis, aqui expostas, em detrimento da Memória social hegemônica, passa pelo crivo dos aparelhos que exercem forte influência social. A desumanização é vivenciada enquanto experiência sobre a qual a travesti passa durante toda a vida e que fincam as bases de compreensão daquilo que é considerado normal e, portanto, não encontra espaços sólidos para o entendimento do seu corpo que não seja pelo campo do desestruturante, do incorreto. Por isso, apesar das frequentes reconstruções que passam os diversos dogmas que constroem a sociedade, é na busca por este ideal hegemônico e homogêneo de condutas que se fixam as relações, as identidades, os modos de se vestir, etc. e recolocam determinadas sujeitas à margem.

Conclusões e Resultados

As violências vividas por Gaby e demais travestis marcam uma trajetória histórica, que as conduzem desde o nascimento no modo de comportar-se, vestir-se, de falar e outras imposições. Seja pelo nome ou no modo como vestiam-se, reavivar essa tal masculinidade no momento de sepultamento, além de uma maneira de nos questionar que aquele não se trata de de um corpo corpo feminino em sua naturalização, torna-se, também, uma violência que demarca toda a trajetória conflituosa em que viveu cotidianamente. Sejam nos conflitos midiáticos que as colocava como sujeitas marginalizadas, tanto quanto nas convivências sociais e familiares.

As dificuldades encontradas em identificar apenas um aparelho ideológico que corrobora sobre a estigmatização do corpo da travesti se devem pelo fato de que Estado, Religião, Família, Mídia e etc. não se impõem de forma isolada, mas sim transversalmente, ou seja, uma complementa a outra. É uma influenciando a outra, de modo que as vestes usadas por Gaby Diaz não fossem aceitas, já que não há aceitação social em decorrência dos diversos bombardeios que impõem a Religião e a Medicina sobre a naturalização masculina e feminina e reproduzida pela sociedade e demais agências. O fato de identificarem-se enquanto travestis, desmistificam as ordens que significam ser homem ou mulher, de se vestir enquanto tal e, de todo modo, nos cumprimentos que requerem as performances de gênero, ao ponto de questionar a tal ‘masculinidade’ por elas, supostamente, vivenciado.

Ao final deste diálogo sobre os modos de produção e violência sobre o vestuário da travesti Gaby, especificamente, mas que se reverbera como produtos nos corpos de outras sujeitas dissidentes do gênero, podemos encontrar os modos de pensar de como a repulsa sobre as plasticidades do seu corpo: maquiagens, cabelos, roupas, adereços, gestos, etc. se devem pela junção das diversas ações de agências no controle sobre nossos corpos e autoplasmagens. A sua morte e de tantas outras é resultado desse intenso diálogo entre as agências na decisão do que devem ou não vestir e, portanto, de quem deve ou não viver.

Agradecimentos

Como já mencionado neste trabalho, a pesquisa não seria possível sem a ação e envolvimento de outras sujeitas, que estiveram presentes durante este processo e que

conheçam como ninguém a irreverência de Gaby Diaz, entre as quais destaco Roqueline Muhniz e Fredieh Simons. Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro durante esta trajetória na pós-graduação e que me permitiu debruçar sobre a pesquisa, assim como na realização de trabalhos acadêmicos. Agradecimentos, também, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, bem como à minha orientadora Renata Pitombo Cidreira pelas relevantes contribuições e correções. A todas as travestis que nos deixaram e as que ainda lutam e resistem dentro desse cis-tema que não as compreendem.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Vinicius Vindé Arbo de; ZANINI, Danielli. **A influência da mídia no comportamento social**. Disponível em: <[https://canalcienciascriminais.com.br/a- influencia-da-midia-no-comportamento-social/](https://canalcienciascriminais.com.br/a-influencia-da-midia-no-comportamento-social/)>. Acesso em 15 de dezembro de 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

NASCIMENTO, Bruno Ribeiro. **Mídia e Memória: uma breve análise do uso dos meios de comunicação na construção da memória coletiva e individual**. Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de maio de 2014.

NAVES, Ana Rita Coutinho Xavier. **Relações entre a Mídia e Leis nas Mudanças da Família Brasileira: uma análise comportamental da evolução de práticas culturais**. Tese de doutorado apresentada na Universidade de Brasília, dezembro de 2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares de memória. Tradução de Between memory and History: Les Lieux de Mémoire. **Representations**. Califórnia, n.26, 1989.

PARRET, Herman. **A Estética da Comunicação**. Trad. Roberta Pires de Oliveira. Campinas: Edunicamp, 1997.

PELÚCIO, Larissa Maués. Travestis, a (re) construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. **Revista Antropológicas**. Ano 8, vol. 15 n. 1. Recife: Editora da UFPE, 2004. pp. 123-154.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, a.3, p.3-15, 1989. Disponível em:
<http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf . Acesso em 15 de dezembro de 2017.